

Um relatório esperável

Artelírio Bolsanello

* A 02451

“As grandes transformações educacionais realizadas na atual gestão do Governo estadual dependeram da vontade política das autoridades e do professor, base em que se apoiaram todas as tentativas bem-sucedidas na área, porque ele (o professor) foi o principal agente de todo o processo educativo vitorioso. A consciência e o reconhecimento dessa importância levaram a Secretaria de Educação e o Governo como um todo a um programa específico de valorização do magistério estadual, através de uma política salarial mais justa, de sua formação continuada e da criação de um conjunto de condições básicas de apoio ao trabalho e à administração da escola, que vai desde instalações físicas adequadas, material didático de boa qualidade, livros, tecnologias e recursos financeiros razoáveis.



“Assim o Governo do ES decidiu, em 1991, que até o final deste mandato investiria 30% da receita de impostos do Estado, em lugar dos 25% hoje exigidos pela Constituição; previu-se ainda o atingimento de 35% para o próximo período go-

vernamental, o que certamente será cumprido pelo Governo que se instalará a partir de janeiro de 1995.

“A primeira e importante medida tomada foi a reestruturação da Sedu, com vistas ao atendimento de expectativas dos usuários, à obtenção de melhores resultados em menor tempo e à democratização das relações de poder entre o órgão e os usuários.

“Neste sentido teve destaque a racionalização de procedimentos administrativos que veio minimizar a influência da burocracia no processo de tomada e execução de decisões. A informatização foi meta prioritária plenamente atingida nesse processo.

“Quanto à avaliação do sistema educacional do ES, embora historicamente nunca tenha sido feita, a implantação do controle de qualidade e produtividade gerou um conjunto de indicadores globais e permanentes que permite acompanhar a evolução dessas variáveis nos serviços educacionais prestados pela rede pública estadual de ensino. A aferição desses resultados subsidiou o estabelecimento de políticas adaptadas às situações diferenciadas, nas quais as atividades de ensino se realizam.

“No que concerne à municipalização do ensino, a transferência de encargos e responsabilidades foi acompanhada de transferência de recursos financeiros e de cooperação técnica, com base em critérios e condições bem-estabelecidas em conjunto com todos os municípios.

“A organização de calendários alternativos, em substituição a um modelo padronizado para todo o ES foi estratégia necessária que aumentou a eficiência da escola, sobressaindo-se, dentre outros benefícios, a redução ou mesmo a eliminação da evasão temporária dos alunos das áreas rurais, durante as épocas de colheitas.

“Outra iniciativa importante foi o apoio suplementar ao estudante, efetivado por meio de dois programas: o primeiro de alimentação e saúde escolar, num trabalho muito bem-integrado da Sedu com a Sesa, que abrangeu as áreas médica e odontológica, o segundo de apoio logístico que envolveu o fornecimento de livros e transporte escolar.

“Não foi esquecida a educação infantil (na faixa de zero a seis anos) e combateu-se, com grande vontade política, o analfabetismo de jovens e adultos, que em 1989 atingia mais de quatrocentos mil capixabas, atenção especial foi dada à educação de portadores de necessidades especiais, sobretudo pela equiparação das Apaes e Sociedade Pestalozzi às escolas públicas.

“Enfim, para não mais nos alongarmos, o grande mérito dessa administração na área educacional foi a modernização da escola pública, como resultado do desenvolvimento de três projetos: 1º - Informática educativa na escola, para permitir ao aluno a utilização de tecnologias da infor-

mática; 2º - Pólos de apoio às escolas, com objetivo de atualizar e aperfeiçoar os professores; e 3º - Enriquecimento dos currículos de ensino”.

Este seria o relatório que teríamos o orgulho de conhecer, transcrever, citar e apresentar como referência do que se produziu na educação pública do ES, no período 92/95.

Este seria o relatório da Secretaria de Educação, esperável para aqueles que conhecem o Plano Estadual de Educação 92/95, elaborado por técnicos da Sedu e da Ufes, com a participação da comunidade assegurada na forma constitucional, e implantado no ES pelo atual Governo.

Fica aqui o nosso elogio ao Plano e uma singela sugestão ao Governo: está na hora de começar a fazer alguma coisa para que possamos, daqui a alguns meses, fazer uma avaliação positiva das ações governamentais na área educacional, em confronto com o belíssimo Plano Estadual de Educação 92/95. Se isso acontecer, poderemos dizer que a Escola Pública do Espírito Santo é competente, porque se tornou eficiente, produtiva, comprometida com a sociedade, participativa, moderna, crítica e capixaba. Ou então, chegaremos, mais uma vez a esta triste conclusão: fomos mais uma vez enganados.

Artelírio Bolsanello
é vice-reitor da Ufes